

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
INCLUSÃO E SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS PORTADORAS DE
NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Larissa Marques Carlos Alexandre¹ – Rede de Ensino Doctum
Tathyane Guedes Rocha² – Rede de Ensino Doctum
Iêda Barra de Moura Galvão³ – Rede de Ensino Doctum

RESUMO

Neste projeto será abordado o tema “Inclusão e socialização de crianças portadoras de necessidades especiais na educação infantil” com o intuito de abordar pontos importantíssimos referentes à inclusão nos ambientes escolares, como falta de professores especializados em cada área, estrutura adequada, materiais adaptados, entre outros. Além dos pontos citados o projeto procura trazer mais conhecimento sobre o assunto e até mesmo sugestões novas. Também visa refletir sobre a prática educativa vivenciada diariamente no contexto da educação infantil na inclusão de crianças com necessidades especiais, possibilitando ao educador desenvolver um olhar crítico sobre sua atuação e os resultados de suas ações, com o objetivo de conscientizar e promover reflexões sobre a diferença da ação educativa baseada na afetividade e espontaneidade, contra aquela que é baseada no autoritarismo, nas diferenças e nos resultados.

O resultado esperado desta pesquisa é o de promover uma indicação de mudança de atitudes e de conceituação do que seja a inclusão e o trabalho desenvolvido neste ambiente através de uma reflexão crítica sobre a ação do educador.

Palavras-chave: Inclusão. Socialização. Aprendizagem. Metodologia. Ensino. Interação.

¹ - formação acadêmica – e-mail: larissamarques1522@gmail.com

² - formação acadêmica – e-mail: tathyguedesrocha@gmail.com

³ - Mestre em Letras – e-mail: jedagalvao@doctum.edu.br

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento que a inclusão prioriza a valorização da dimensão humana, da criança cidadã com seus direitos fundamentais e deveres assegurados desde seus primeiros anos de vida.

A escola, de uma maneira geral, vem sendo o espaço escolhido para acrescentar na formação do aluno, quando não a de educar, substituindo o papel da família que tem encontrado dificuldades em efetivar tal incumbência. No ciclo da inclusão, é essencial que a sociedade, bem como os profissionais da área da educação estejam preparados para incluir crianças, adolescentes e demais indivíduos que apresentam dificuldades e/ou transtornos.

A proposta da Inclusão Escolar não é limitada simplesmente ao conceito de ofertar aos discentes com necessidades educacionais especiais, um espaço nas salas comuns das escolas como meros espectadores; mas sim uma proposta que visa atender as individuais dos alunos com respeito e responsabilidades.

O projeto a seguir tem por objetivo aprofundar os conhecimentos acerca da proposta da inclusão de alunos especiais na educação infantil analisando quais são os desafios e perspectivas para uma Inclusão de qualidade.

A temática torna-se relevante por apresentar uma abordagem expressiva do processo inclusivo na Educação Infantil, fase primária de escolarização, e que representa o inicial contato dos discentes com esse universo cheio de aprendizagens e novas descobertas.

Nesta fase, promover a inclusão é extremamente importante, pois além do desafio da socialização é necessário considerar que é um dos iniciais momentos em que a criança estará longe do seio familiar.

Sendo assim, o presente projeto discorrerá de forma clara e objetiva acerca disso importante temático.

2 DESENVOLVIMENTO

Tem ampliado de modo considerável o número de crianças com necessidade especial ingressando na escola regular de Educação Infantil. Tal expansão foi motivada pela força do movimento pela inclusão, conforme apresenta Biaggio (2007). O crescimento não é casual, e sim resultante da mobilização da sociedade brasileira.

A inclusão excede a significância de a palavra inserir, é mais do que a mera ação de matricular na escola. A inclusão para que de fato faça jus à palavra dita, necessita conduzir uma preparação tanto do próprio docente quanto da escola, que é de ampla relevância para o desenvolvimento da criança, pois não é o indivíduo especial que necessita se adequar ao ambiente, mas sim o ambiente que necessita se adaptar e receber a educação inclusiva, pautado em leis que estabelecem esta afirmação.

Trabalhar a inclusão na Educação Infantil é de fato relevante para que a criança possa se adequar ao ambiente escolar e possa dar sequência aos seus estudos no Ensino Fundamental sem que apresente maiores obstáculos. Para isso, gestores, educadores e toda a equipe pedagógica necessitam apresentar engajamento e estar preparados para ofertar todo o apoio e atenção que os discentes precisam.

Desse modo o presente projeto de ensino apresenta como tema a “Inclusão e Socialização de crianças portadoras de necessidades especiais na educação infantil”

No âmbito escolar, comumente é possível se deparar ainda com instituições despreparadas, não apenas no que diz respeito à estrutura física como também na

Formação dos profissionais da educação. Essa situação torna-se mais agravante na Educação Infantil, pois a maior parte das crianças que apresentam necessidade especial não consegue o diagnóstico, em diversas vezes por resistência dos familiares que não o aceitam, o que dificulta o trabalho pedagógico.

Esta temática se faz muito importante, pois se compreende que a inclusão faz parte da infância e é dever do docente desenvolver atividades de inclusão a fim de aprimorar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, o presente projeto de ensino justifica-se pela importância de se efetivar um estudo mais aprofundado acerca da temática da inclusão e Socialização de crianças portadoras de necessidades especiais na educação infantil, visto que é uma ânsia de todos os envolvidos no processo inclusivo de alunos especiais, principalmente na educação infantil.

É válido se considerar que, nessa ação coletiva, não basta o empenho de um, mas sim de todos a favor do aluno que precisa ser incluído.

Um dos grandes desafios vividos dentro da rede regular de ensino é inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, uma vez que muitas vezes temos que pesquisar e estudar bastante cada caso, para que possamos trabalhar no sentido de contribuir para a educação das crianças com necessidades especiais.

A Educação Infantil é uma etapa do ensino que tem conquistado seu espaço no passar dos anos, integrando o ensino básico a partir da Constituição de 1988, até ganhar destaque por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº. 9.394/1994). No entanto, inúmeros desafios ainda são enfrentados especialmente desafios

referentes ao ingresso de crianças especiais nas turmas regulares.

Por ser uma relevante etapa para o desenvolvimento cognitivo da criança, é na educação infantil que são identificadas algumas necessidades que poderão comprometer o processo de aprendizagem da criança, sendo ela dita “normal” ou que apresente alguma necessidade especial.

Nessa perspectiva são muitos os aspectos que dificultam esse processo de inclusão: escolas sem estrutura física que contemple a acessibilidade, a falta de professores, a dificuldade em obter um diagnóstico, o déficit na formação de professores, são alguns desses desafios cotidianos enfrentados pelas instituições públicas.

Diante do exposto, o presente projeto de ensino traz a seguinte problematização: Como acontece, de fato, a inclusão e socialização de alunos portadores de necessidades especiais na educação infantil? As escolas têm adaptado seus currículos para atender de forma efetiva esse público? Os professores possuem uma formação adequada para atender a demanda requisitada?

2.1 Inclusão no Brasil

No Brasil, o interesse da sociedade e sua atenção ao atendimento dos deficientes ocorreram a partir do século XIX, sendo que teve influência nas experiências dos educadores da Europa e dos EUA. Nos anos de 1931 e 1932 as primeiras iniciativas ao atendimento especializado ao deficiente físico, com a criação de uma classe especial na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho da Santa Casa de Misericórdia, no estado de São Paulo. Em 1948 é criada outra classe e mais tarde em 1950 e 1969 são implementadas mais duas turmas.

Todavia, Bueno (1999) afirma que podemos considerar como marco histórico da educação especial no Brasil tem sido estabelecido no período final do século XIX, com a criação inspirada na experiência europeia do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, sob a direção do mestre francês Edouard Huet.

O interesse pela inclusão de alunos surdos se dá por intermédio das questões de como se estabelece as adaptações do currículo nas unidades escolares de ensino regular, seguindo as normas inclusivas.

É importante que, quando o discente chegue à escola, o mesmo seja reconhecido como um agente responsável e capaz. É fundamental a participação ativa da escola no contexto de apresentar recursos para facilitação do processo ensino aprendizagem, o que necessita ser acompanhado de reflexões referentes aos divergentes modos de atuação dos docentes mediante de indivíduos surdos e suas limitações.

A escola sendo para todos, constitui-se um direito adquirido pelos indivíduos, sejam eles crianças ou adultos, e tais direitos foram obtidos no decorrer do tempo. Na atualidade, existem inúmeros documentos que asseguram o amparo legal da pessoa com deficiência.

Para Figueredo (2002) a educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular.

Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade dos discentes. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Nesse contexto, é relevante reafirmar que as necessidades especiais não se referem às limitações específicas apresentadas pelos indivíduos, mas sim às exigências de ampla acessibilidade que realmente possa oportunizar condições de independência e autonomia dos mesmos.

2.2 Procedimentos Metodológicos

Para realização dessa pesquisa, é provável que nos alicerçem em alguns conceitos, para melhor compreensão nesse processo de investigação.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação (MINAYO, 2009, p. 16).

Podemos entender a pesquisa como um modo de investigação que conseqüentemente sugere as indagações. Para Minayo (2009, p.16):

Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais

Esse trabalho foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, procurando sempre destacar o número de crianças com necessidades especiais nas escolas. *Este trabalho teve como finalidade a realização de um estudo com o objetivo de compreender a influência sobre a Inclusão e socialização de crianças portadoras de necessidades especiais na Educação infantil.*

2.3 Resultados e Discussão

Sabe-se que é muito grande o número de crianças com necessidades especiais dentro das Escolas. A cada ano que se passa os números aumenta cada vez mais.

A Escola é um direito de todos, sejam eles crianças ou adultos, e tais direitos foram obtidos no decorrer do tempo. Na atualidade, existem inúmeros documentos que asseguram o amparo legal da pessoa com deficiência.

Segundo o MEC (Quinta-feira, 21 de março de 2019) “em 1998, cerca de 200 mil crianças que necessitavam de educação especial estavam matriculadas nas classes

comuns da educação básica. Em 2014, elas já eram quase 700 mil, distribuídas em 80% das mais de 145 mil escolas em todo o país. O número de alunos da educação especial ultrapassou a barreira de um milhão em 2017 e, em 2018, chegou a 1,18 milhões, registrando um crescimento de quase 11% em apenas um ano. A maior parte, pouco mais de 992 mil, estuda em escolas públicas do ensino regular.”

As escolas precisam estar preparadas para receber as crianças com necessidades especiais, e reconhecer as competências e as capacidades que o aluno tem. É importante também que as escolas flexibilizem as atividades curriculares para que as crianças tenham a necessidade atendida.

A participação da família com a escola é extremamente importante, pois a família precisa acreditar e participar da educação de seu filho(a).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode notar, a inclusão na Educação Infantil é muito importante, mas a gestão escolar também é fundamental para o sucesso desse processo, pois quando bem feita possibilita que professores e gestores possam focar nas atividades inclusivas.

Todos os indivíduos têm direito a uma educação de qualidade. Diante dos teóricos analisados verificou-se que a inclusão é algo fundamental para que as pessoas portadoras de necessidades especiais possam estar inseridas de fato em todas as esferas da sociedade.

A modalidade de educação inclusiva perpassou uma série de mudanças, todavia tais mudanças ainda não são suficientes para tornarem o processo de inclusão eficiente, existe ainda um caminho a ser percorrido para que todos sem exceção possam usufruir de uma educação de qualidade, desenvolvendo plenitude suas potencialidades.

Assim, para que de fato a inclusão ocorra, não apenas na educação infantil, mas em todos os níveis, é essencial a escola tenha ciência de que é necessário adaptar os currículos, fomentar estratégias pedagógicas diferenciadas, criar recursos necessários tanto humanos como materiais e uma cooperação entre todos os agentes para que a inclusão aconteça de forma plena.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. (2000). **Integração Social do Deficiente**: Análise Conceitual e Metodológica. Temas em Psicologia, nº 2, pp. 63- 70.

Biaggio, Rita de. (2007). **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. Revista Criança, Brasília, 44, 19-26

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Portaria CENESP/MEC, Brasília, n. 69,1986.

Ministério da Educação .Portal.mec.gov.br. 2019

ORIENTAÇÕES GERAIS

Além da NBR 6022:2018, ao preparar um artigo científico deve-se consultar as normas relacionadas no Quadro 1.

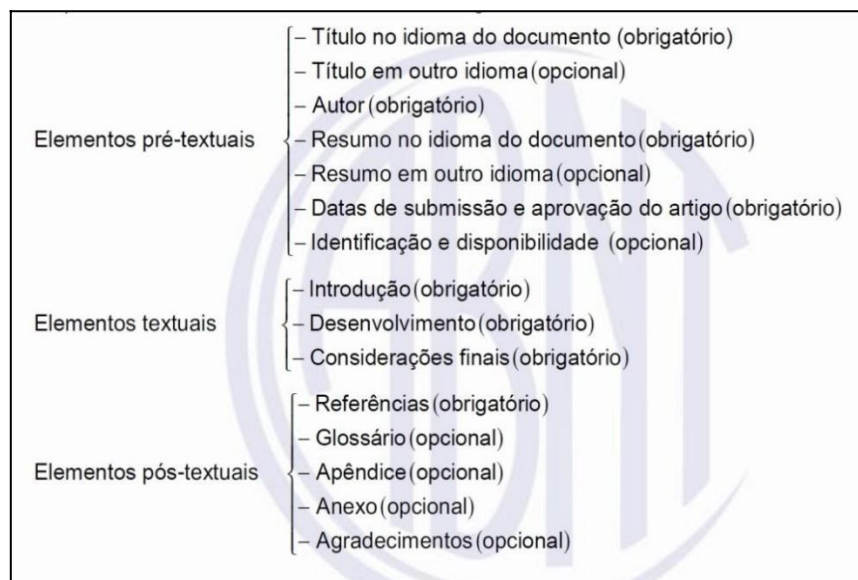
Quadro1- Normas usadas na elaboração de um artigo científico

AUTOR	TÍTULO	DATA
ABNT	NBR 6023: Elaboração de referências	2018
ABNT	NBR 6024: Numeração progressiva das seções de um documento	2012
ABNT	NBR 6028: Resumos	2003
ABNT	NBR 10520: Citação em documento	2002
IBGE	Normas de apresentação tabular. 3. ed.	1993

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2018, p. 1).

Essas normas citadas no Quadro 1 tem como objetivo complementar a apresentação dos artigos científicos. A NBR 6022:2018 é estruturada em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, conforme especificados na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura de um artigo



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2018, p. 4).